



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

**AUTORIDADE E LIBERDADE NA FILOSOFIA POLÍTICA INGLESA
SEISCENTISTA
A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade
republicana**

Área do conhecimento: Ciências Humanas
Subárea do conhecimento: Filosofia
Especialidade do conhecimento: Ética, Filosofia Política, Educação e Cidadania

Relatório Final
Período da bolsa: de 08/2019 a 07/2020

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PIBIC/COPES

Orientador: Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva
Autora: Camila Moura de Carvalho



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. Objetivos**
- 3. Metodologia**
- 4. Resultados e discussões**
- 5. Conclusões**
- 6. Perspectivas**
- 7. Referências bibliográficas**
- 8. Outras atividades**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo investigar a teoria política do filósofo inglês Thomas Hobbes e é uma continuidade da pesquisa realizada no plano de trabalho de mesmo título, a saber, “A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade republicana”, desenvolvido no período de agosto de 2018 a julho de 2019. Nessa oportunidade tivemos como objetivo compreender o processo de fundamentação teórica do autor a respeito da construção do Estado moderno a partir da autoridade política e da liberdade republicana – elementos considerados basilares para o filósofo seiscentista –, já que a teoria hobbesiana da origem contratual estatal fundamentou teoricamente a construção do Estado moderno – que é a base política das sociedades modernas.

Como desenvolvido no projeto anterior, Hobbes constrói a sua teoria em torno do estado de natureza, segundo o qual os homens viviam em um constante estado de guerra e só poderiam superá-lo através do uso da razão, firmando um pacto entre si e concedendo parcelas de sua liberdade ao Estado, que surgiria para preservar e garantir a vida dos súditos. Como concluímos, essa construção do autor objetivava um ideal maior: desenvolver e fundamentar a sua ciência civil¹.

Em virtude disso, no atual projeto, desenvolvido de agosto de 2019 a julho de 2020, damos continuidade à investigação da teoria política do filósofo inglês Thomas Hobbes, mas agora a partir de outros referenciais teóricos. São eles: “Observations Concerning the Originall of Government, upon Mr Hobs ‘Leviathan’,

¹ Conferir: SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP, 1997. Conferir também nossa publicação: *Ciência civil e liberdade republicana em Thomas Hobbes*. In: Marcelo de Sant'Anna Alves Primo; Saulo Henrique Souza Silva; Vladimir de Oliva Mota. (Org.). *Ética e Filosofia Política: interlocuções entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. 1ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2020, v. 1, p. 24-44.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Mr Milton against Salmasius, H. Grotius 'De Jure Belli'², parte que compõe o *Patriarcha and other writings* (2004)³, de Robert Filmer; e como complemento os comentários de Yves Charles Zarka no capítulo 11 "Hobbes et Filmer: *regnum patrimoniale et regnum institutivum*" da obra *Hobbes et la pensée politique moderne* (1995); *Dois conceitos de liberdade* (2002) de Isaiah Berlin; e *Robert Filmer, Thomas Hobbes e a polêmica entre a vertente contratual e a patriarcal da fundação da autoridade política* (2015) de Saulo H. S. Silva; e demais comentadores pertinentes. Toda essa análise se dará, em alguma medida, à luz das obras *De cive* ou *Do cidadão* (1642), *Elementos da lei natural e política* (1650) e *Leviatã* (1651).

A partir da adoção de novos referenciais teóricos, seguiremos uma perspectiva diferente partindo da análise do que os críticos e os comentadores da filosofia hobbesiana têm a dizer a respeito da fundamentação de sua teoria. Isso significa dizer que se no primeiro projeto desenvolvido estudamos questões acerca do homem e do estado de natureza buscando estabelecer as bases de construção do Estado Moderno para compreender o momento situado antes da instituição da república bem como o momento posterior ao surgimento desta, agora partimos para o estudo de quais as razões que levaram Hobbes à constituição de sua ciência civil e à análise das críticas filmerianas que apontam contradições na filosofia hobbesiana. *Grosso modo*, se antes apreciamos a natureza conflituosa do homem, agora direcionamos nossa atenção a partir de perguntas como: "Quem são esses homens?", "Que razões levaram o filósofo de

² Ao longo do texto iremos nos referir a essa obra como "Observations", "Observações" ou simplesmente "Observations Concerning the Originall of Government". Vale destacar que a escrita da palavra "originall", colocada no texto em questão, possui mesmo a grafia com dois "l" em razão do inglês da época.

³ A obra *Patriarcha and other writings* foi escrita, provavelmente, entre 1651 e 1652 por Robert Filmer e publicada ainda no ano de 1652, sendo dividida em três partes. No entanto, teve a sua primeira edição por Johann P. Sommerville em 1991, que é a edição aqui utilizada, mas em uma versão reimpressa de 2004.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Malmesbury a constituir sua teoria? ”, “A sua fundação é mesmo impossível? ”, e, por fim, “É possível continuar sustentando um Hobbes autoritário? ”.

2. Objetivos

Tendo em vista que no relatório parcial realizamos uma revisão bibliográfica da obra *Leviatã* (1651), centrando na primeira e segunda partes, “Do homem” e “Da república”, respectivamente, bem como revisamos a tradução de “Observations Concerning the Originall of Government”⁴, no presente relatório, com o intuito de aprofundar a nossa pesquisa, passamos a analisar as “Observações” de Filmer. Delimitando ainda mais nosso objeto de estudo, tendo no relatório parcial alicerçado a ciência civil hobbesiana – o que foi possível não só através da revisão de literatura, mas também por meio de apresentações de trabalhos e publicações (ver tópico “4. Resultados e discussões” e “8. Outras atividades”) –, neste relatório final nossa análise se dará em conjunto e de maneira inspiradora com “Hobbes et Filmer: *regnum patrimoniale* et *regnum institutivum*” em *Hobbes et la pensée politique moderne* de Yves Zarka; *Dois conceitos de liberdade* de Isaiah Berlin; e *Robert Filmer, Thomas Hobbes e a polêmica entre a vertente contratual e a patriarcal da fundação da autoridade política* de Saulo H. S. Silva, e demais comentadores e referenciais pertinentes.

A justificativa para essa organização que seguimos está centrada no fato de que tais referenciais teóricos são utilizados como exemplificação para a investigação e compreensão de textos políticos do passado. Além disso, essa orientação está centrada na própria concepção do filósofo segundo a qual o *Leviatã* é formado por um conjunto de homens. A partir dessa tese, Hobbes compara os membros (a formação) de nosso corpo com as instituições da vida pública.

⁴ Essa tradução foi elaborada por Saulo H. S. Silva a partir de duas edições das “Observations” de Filmer: a edição de Laslett (1994) e a de Sommerville (1991); e revisada por Camila Moura de Carvalho.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

A tese do *Leviatã* traz consigo a ideia de um poder amparado na coletividade, o seu significado político é traduzido por República ou Estado (*civitas*) e se assemelha ao homem enquanto um organismo. Uma figura representativa de toda a multidão, que possui força, é projetada para garantir a segurança e, conseqüentemente, a conservação da vida de seus súditos. A liberdade, por sua vez, corresponde à ausência de impedimentos e o estado de natureza à condição de irrestrita liberdade (*Leviatã*, XIV); enquanto a república é a restrição da ampla liberdade pela imposição de lei civil (*Ibid.*, XXI). Essa relação é desenvolvida com base no pensamento mecanicista⁵ hobbesiano que compreende o movimento dos corpos naturais (filosofia natural) e também dos corpos políticos (filosofia política). Em outras palavras, a argumentação de Hobbes tem uma forte base de filosofia natural, sem a qual não podemos compreender o seu funcionamento⁶, visto que em suas próprias palavras: “pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice?” (HOBBS, 2008, p. 11).

A partir da análise do pensamento mecanicista do autor, que compara a estrutura do corpo humano com a vida pública, pudemos avançar para o momento de instituição do Estado e depois para o momento pós-instituição. De maneira resumida, se no primeiro momento nosso objetivo era analisar os aspectos fundamentais para compreender a construção do Estado moderno, agora centramos nossa análise no estudo das razões que levaram Hobbes à constituição de sua ciência civil e também na investigação das críticas filmerianas

⁵ Seu pensamento é mecanicista no sentido de que ele entende a natureza das coisas a partir de sua submissão aos processos mecânicos, isto é, entende o funcionamento do *Leviatã*, por exemplo, de maneira mecânica, ordenada; como um organismo.

⁶ SILVA, L. C. S. Elementos políticos de uma moderna filosofia do poder em Hobbes: o utilitarismo das ciências contra a neutralidade da razão prática. In: Evaldo Becker, Marcelo de Sant'Anna Alves Primo, Saulo Henrique Souza Silva (Orgs.). *Moral, ciência e história no pensamento moderno*. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

que apontam contradições na filosofia hobbesiana com o subsídio dos comentadores mencionados.

3. Metodologia

Por esta pesquisa se tratar de uma continuação do plano de trabalho de mesmo título, a saber, “A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade republicana”, desenvolvido no período de agosto de 2018 a julho de 2019, foi necessário revisar a bibliografia utilizada anteriormente, em especial a obra *Leviatã* (1651). Assim, na primeira parte desse projeto, que compreendeu o relatório parcial, realizamos uma revisão bibliográfica da primeira e segunda partes desta obra, considerada a mais famosa de Hobbes, em conjunto com outros escritos igualmente importantes do autor e de seus comentadores. Além de uma leitura mais dinâmica das obras estudadas no plano de trabalho de mesmo título, com a revisão da tradução de “Observations Concerning the Originall of Government” (ver item “6. Outros” no sub tópico “8.1 Atividades desenvolvidas no primeiro momento da pesquisa”) de Robert Filmer temos um importante ponto de partida na continuidade do projeto em questão, como veremos. Após isso, passamos para a escrita dos primeiros textos discutidos internamente, apresentados para o orientador e na “XX Semana de Filosofia” (ver item “4.2 Apresentações de trabalho” no sub tópico “8.1. Atividades desenvolvidas no primeiro momento da pesquisa”), que teve papel de fundamental parecer no desenvolvimento e na continuidade da pesquisa, de modo que melhor nos orientou rumo ao relatório parcial e ao aprofundamento dos trabalhos. Com isso, tivemos concluído o primeiro momento da pesquisa.

A partir da revisão da literatura trabalhada inicialmente, passamos para uma análise crítica da teoria hobbesiana com base, principalmente, nas obras listadas no tópico “7. Referências bibliográficas”. Neste segundo momento da pesquisa, com a leitura e fichamento dos textos do referido tópico, a discussão com o orientador e a participação nas reuniões do grupo de Ética e Filosofia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Política da Universidade Federal de Sergipe, por exemplo (ver tópico “8. Outras atividades”, sub tópico 8.2 Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa, item “1. Grupos de pesquisa”), orientaram rumo ao aprofundamento da pesquisa, que foi melhor desenvolvido nas atividades realizadas no período de fevereiro a julho de 2020 (ver tópico “8. Outras atividades”), possibilitando, assim, a apresentação interna deste segundo relatório.

Como o relatório parcial, por se tratar de um primeiro momento da pesquisa, consistiu na revisão bibliográfica da obra *Leviatã* (1651) de Thomas Hobbes, e, portanto, uma análise da parte filosófica, ou seja, na compreensão dos textos clássicos filosóficos estabelecidos como base da pesquisa, neste relatório final investigamos propriamente a crítica de Filmer ao pensamento hobbesiano.

A partir do primeiro relatório foi possível a escrita – juntamente com a correção do orientador – e a apresentação das comunicações “As formas de governo em Hobbes”; e “Hobbes, pandemia e bolsonarismo: um convite à desobediência civil” (referidas no tópico “8. Outras atividades”), por exemplo, além da realização de outras atividades igualmente consideráveis, como algumas publicações. Essas experiências merecem ser destacadas dentro da metodologia, pois tiveram o papel de fundamental parecer no desenvolvimento e na continuidade da pesquisa, de modo que melhor nos orientou rumo ao relatório final.

O tópico seguinte (“4. Resultados e discussões”) foi dividido de maneira que melhor pudéssemos organizar o nosso trabalho através das discussões tencionadas ao longo do texto.

4. Resultados e discussões

4.1 Atividades do bolsista

Preliminarmente é importante destacar aqui no espaço dos resultados e discussões não só a revisão de literatura, mas também as atividades da bolsista



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

relacionadas àquelas descritas no cronograma de atividades do plano de trabalho (ver tópico “8. Outras atividades”) e que, portanto, tem relação direta com o desenvolvimento da pesquisa, de modo que se apresentam como resultados obtidos no período abrangido pelo relatório e correspondem aos objetivos do plano de atividades do projeto. Isso implica dizer que algumas atividades explicitadas no tópico “8. Outras atividades” se referem a outras atividades acadêmicas, que apesar de não terem relação direta com esta pesquisa, igualmente contribuem para a formação enquanto pesquisadora. Vale destacar aqui as apresentações de trabalho, produções, cursos e participação em grupo de pesquisa relacionados ao tema, todos detalhados no tópico supracitado.

4.2 Considerações iniciais

Inicialmente é importante situar os autores centrais para a nossa análise – Thomas Hobbes e Robert Filmer – e o contexto histórico em que eles viveram. Ambos os autores foram contemporâneos, o que implica dizer que estavam, em certa medida, inseridos nos mesmos contextos históricos e políticos vivenciando as tensões da época.

Thomas Hobbes – conhecido ao assinar suas obras como Thomas Hobbes de Malmesbury, cidade inglesa em que nasceu e onde fez seus primeiros estudos – foi um teórico político e filósofo inglês do século XVII cuja obra mais famosa foi *Leviatã* (1651). A biografia de Hobbes, que está à disposição de maneira mais ampla, acaba apresentando algumas interpretações equivocadas sobre a sua obra. Exemplo disso é a ideia de que ele era um autor autoritário, jusnaturalista⁷ e

⁷ Em contraposição ao pensamento que rejeita a compreensão de Hobbes como um teórico essencialmente juspositivista, temos, de maneira exemplar, Leo Strauss, defensor da tese de que, na verdade, Thomas Hobbes estabelece a necessidade do direito positivo. Resumidamente, Strauss se coloca como defensor da tese de um Hobbes antinaturalista.

A respeito disso, Yara Frateschi (2007) aponta que o equívoco de atribuir um jusnaturalismo à teoria hobbesiana se deve, em parte, a má compreensão da hierarquia entre o poder e a justiça civil e divina. Assim sendo, é inegável que a lei civil e as ações do soberano devem, ao menos em teoria, ser um reflexo da lei divina, mas isso não caracteriza, como aponta a autora, elementos suficientes para atribuir uma certa base moral à sua filosofia política. Ainda que os súditos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

monarquista. É em razão da concepção de Hobbes como um autor com estas características que a crítica de Filmer e as contradições por ele apontadas na teoria hobbiana se norteiam e justificam. Hobbes escreve em um contexto marcado por inúmeras guerras civis e pelo absolutismo monárquico inglês, o que não significa dizer, portanto, que ele era um autor absolutista em relação à monarquia, mas sim em relação ao Estado. Isso expressa que ele defendia a necessidade da existência de um Estado soberano, e, para isso, explicitou algumas formas de governo em sua obra, contrariando, desse modo, a ideia de que sustentava apenas a monarquia como única forma de governo existente⁸. Assim, na teoria do filósofo seiscentista, a autoridade política (existência de um poder soberano) e a liberdade republicana⁹ aparecem como basilares para assegurar a soberania plena de um Estado (HOBBS, 2008, p.144).

O segundo autor referencial em nossa pesquisa, contemporâneo de Hobbes, é Robert Filmer. Conhecido por defender o direito divino dos reis, Sir Robert Filmer – como era chamado – foi um teórico político inglês que se consagrou pelas polêmicas suscitadas com uma maneira bastante peculiar de recepcionar e criticar as obras de outros autores. Seu trabalho mais conhecido, *Patriarcha and other writings* ou o *Poder Natural dos Reis*, publicado em 1652, reúne uma série de críticas a três autores exemplares e de grande influência no início da segunda metade do século XVII, a saber, Hobbes, Milton e Grócio. Nessa obra, suas ideias são delineadas e refletem os principais acontecimentos ocorridos

considerem as atitudes do soberano como contrárias à lei divina, estão impedidos de desobedecê-lo.

⁸ Hobbes não aponta somente a monarquia como única forma de governo, mas apenas diz que, na sua visão, ela seria a melhor forma de governo dentre as outras. Se fosse defensor da monarquia em seu caráter absoluto, Hobbes não apresentaria outras possibilidades de forma de governo, mas unicamente o modelo monárquico. Assim, o filósofo destaca três espécies de república ou formas de governo: monarquia, democracia e aristocracia (HOBBS, 2008, p. 158-159).

⁹ Com a instituição da república passa a existir não qualquer tipo de liberdade, mas a liberdade republicana (em relação ao soberano e em relação ao súdito). Isso porque, a partir da teoria hobbiana, no estado de natureza os homens já eram livres, e, portanto, poderiam fazer qualquer coisa, inclusive atentar contra as vidas uns dos outros.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

na Inglaterra da década de 40 do século XVII. O contexto histórico e político envolvia a deposição do rei, a instauração do governo republicano, a execução de Charles I e, conseqüentemente, o êxito dos defensores das ideias sediciosas e republicanas que estavam ganhando espaço no início daquele século. Mais especificamente em “Observations Concerning the Originall of Government”, parte na qual debruçaremos nossa análise, Filmer concentra a sua crítica à Hobbes.

Vivenciando as mesmas tensões da época, mas com diferentes percepções, Hobbes e Filmer encaravam o clero de maneiras opostas: para o filósofo inglês, se tratava de tentar responder à ameaça que o clero fazia à política de seu tempo e era preciso retirar o poder religioso das mãos da Igreja e concentrá-lo nas mãos do soberano; já o polemista defendia o poder natural dos reis de governarem, justificando-se em Adão como modelo da humanidade e fonte da origem monárquica da autoridade política. De antemão, já podemos tirar uma conclusão importante: o ponto de partida da argumentação de ambos é diferente, isto é, enquanto Hobbes constrói sua teoria objetivando a criação de uma instituição estatal justificada na necessidade de preservação da vida dos súditos, Filmer recorre a fundamentações bíblicas¹⁰.

As associações que tratam Hobbes como um absolutista imoderado são comuns, e, por isso, é importante trazer à luz alguns pontos relevantes a respeito da empreitada hobbesiana considerada sediciosa. O primeiro deles é a existência de um grupo intitulado “hobbistas”, que, como o nome sugere, baseava-se na teoria de Hobbes. Conhecidos por tentar “derrubar ou subverter todos aqueles princípios de governo que têm preservado a paz deste reino através dos tempos” (CLARENDON *apud* MONTEIRO, 1998, p. 8), os hobbistas eram sinônimo de

¹⁰ O motivo para essa fundamentação está no fato de que “O eixo central daquilo que tem sido denominado como o pensamento político de Filmer está alicerçado na visão teológica da criação, na doutrina filosófica da autoridade política que remonta aos antigos, no recurso à história bíblica e à história secular da Inglaterra, na reinterpretação jurídica da organização governamental dos ingleses [...]”. (SILVA, 2014, p. 16).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

subversão e, como veremos, os livros do filósofo de Malmesbury foram acusados de heterodoxia e colocados no *Index*. Contraditoriamente, o próprio Hobbes era partidário da realeza, tanto é que, como abordamos, defendia a monarquia como a melhor forma de governo. O filósofo inglês também acreditava que desafiando o poder do absolutismo monárquico vigente, ele acabaria sendo desagregado, produzindo, assim, um conflito social muito intenso. Ainda que Hobbes tenha sido um grande defensor do poder do soberano e repudiado a execução de Charles I, é importante lembrar que o autor foi, também, odiado com veemência por seus contemporâneos, em particular pelos grupos aristocratas e monarquistas, por conta de seus valores considerados subversivos, por ser um defensor da liberdade republicana e por desacreditar as fundamentações bíblicas que garantiriam a soberania, visto que o soberano, em sua teoria, é escolhido mediante o pacto¹¹.

Nessa época havia também uma indignação cada vez maior da sociedade inglesa com a realeza, e os parlamentos (que não eram permanentes, podendo ser convocados quando os reis quisessem ou para cobrar impostos) se voltam contra o rei. Foi na sequência do espírito hostil da Restauração em 1660, momento marcado pela volta da censura atacando alguns setores da sociedade inglesa, que em meados de 1666, o Parlamento inglês começou um procedimento jurídico contra o *Leviatã* de Hobbes. Em 1667, uma lei contra os ateus foi votada na Câmara dos Comuns e a obra do filósofo seiscentista foi citada como exemplo de ateísmo. Curiosamente, no Apêndice do *Leviatã*, Hobbes demonstra severidade com os ateus¹². A razão para isso se deve ao fato de que, como mencionamos, ao constituir sua teoria Hobbes tentava descobrir como controlar o poder do clero, prova disso pode ser observada no convite que o filósofo faz aos

¹¹ A este respeito conferir: SKINNER, Q. *Hobbes e a Liberdade Republicana*, 2010; MONTEIRO, J. P. *A ideologia do Leviatã hobbesiano*, 1998; e RIBEIRO, R.J. *Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero*, 2006. As informações apontadas por esses autores evidenciam que Hobbes foi um filósofo considerado subversivo e afastado dos valores aristocráticos de seu tempo.

¹² SANTOS, A. C. *De inquieto a ateu: ecos de Locke nos verbetes "Ateu" e "Ateísmo" da Enciclopédia*. No prelo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

soberanos de seu tempo para lerem *Leviatã* e colocarem os seus princípios em prática com vistas a concentrarem não só o poder temporal e mundano, mas também o poder clerical, religioso ou divino em suas mãos. Junto a isso, esse próprio desejo do filósofo de Malmesbury, na conclusão da segunda parte do *Leviatã* (1651), de ter esta obra lida por algum soberano e ter sua teoria posta em prática, nos autoriza a fazer a investigação que se segue.

Nesse sentido, tendo em vista tal análise das tensões vivenciadas, o contextualismo histórico e linguístico de Quentin Skinner será adotado por nós, no sentido de que abordaremos as informações sobre Hobbes e Filmer a partir de seu contexto histórico. Essa posição nos permitirá tratar os conceitos do autor seicentista e suas respectivas mudanças levando em conta os conflitos em que o filósofo estava inserido. Skinner tem em mente o uso de uma técnica retórica específica, chamada por ele de “redescrição retórica¹³”, segundo a qual o próprio Hobbes a partir de seu postulado do estado de natureza, estabelece os conceitos centrais no desenvolvimento de suas ideias exatamente para dar utilidade prática à sua teoria. Essa técnica se revela como fundamental para elucidar as razões pelas quais Hobbes constrói a sua ciência civil.

Intérprete brasileiro da obra hobbesiana, Renato Janine Ribeiro defende que *Leviatã* é o único livro da história da filosofia que tem uma capa com ilustração, o que pode ser justificado pelo convite que Hobbes faz aos soberanos de lerem a sua obra e, a partir de nossa análise, acreditamos que esse rascunho de sua teoria em um desenho já na capa se apresenta como uma didática mais convidativa para tal feito. Por esse motivo, o frontispício é um componente

¹³ Com fundamento em seu contextualismo linguístico e histórico, a redescrição retórica é a forma de mudança conceitual adotada por Skinner com o objetivo de descrever a ação de um novo jeito. Assim sendo, o autor entende que o pensamento político deve ser analisado a partir do contexto histórico e linguístico no qual estava situado, de modo que os conceitos e suas respectivas mudanças devem ser investigados tendo em vista os conflitos nos quais os autores estavam envolvidos. Isso significa dizer que a técnica da redescrição propõe uma perspectiva histórica para a interpretação de problemas normativos e legitimadores da mudança conceitual a partir da perspectiva linguística.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

essencial da obra em questão. Não é à toa que já no frontispício de *Leviatã* (1651), a figura representativa do Estado concentra em suas mãos a espada, simbolizando o poder temporal, mundano; e o cajado, o poder espiritual, religioso. Além disso, o *Leviatã* é formado pela resignação de parcela da liberdade de cada pessoa dando a ideia de um poder amparado na coletividade. Assim, é possível inferir que a centralização do poder no Estado, ou seja, a existência de uma autoridade política, é necessária para a garantia de uma soberania plena. Sendo assim, a finalidade do Estado é a segurança individual, já que cedendo parcela de sua liberdade, os homens objetivam assegurar a própria vida e o Estado se compromete a garantir isso. Desse modo, passa a existir, também, a liberdade republicana que, ao lado da autoridade política, se apresenta como elemento primordial para garantir a soberania estatal.

Resumidamente, o soberano é senão a força que todo o povo reunido nele depõe, de maneira que Hobbes enxerga a necessidade de sintetizar o poder temporal e espiritual na figura desse soberano. De acordo com Renato Janine Ribeiro, uma das justificativas para isso está no fato de que o poder da Igreja não poderia ser independente do Estado porque se o fosse haveria, dentre outros argumentos¹⁴, o que o filósofo chama de “estado de natureza”, situação que reflete a natureza humana e em que não temos sociabilidade natural, já que inexistente um

¹⁴ Além disso, Thomas Hobbes trata da religião como um elemento submetido à ordem temporal. Assim, o que o pensamento moderno traz consigo de mais característico é essa ideia de que o Estado é uma obra humana, que deriva das leis humanas, e faz distinção entre o governo da alma e o governo da vida mundana. Na figura do Estado hobbesiano, a vida espiritual e a existência terrena são coisas distintas e, portanto, com interesses distintos, de modo que o tema da laicidade surge justamente da discussão acerca da secularização. Tal pensamento também reivindica a soberania do poder em relação a uma igreja que existia como um império sobre a Terra, que era o catolicismo; além de contar com um ambiente cada vez mais plural de sociedades religiosas, após a Reforma Protestante. Desse modo, muitas nações modernas tiveram que fazer essa espécie de revolução da secularização, reivindicando a sua soberania sobre a esfera secular. E, no caso de Hobbes, sendo que na Inglaterra se desenvolveu um amplo espírito patriótico anticatólico, a orientação era fundar uma religião que servisse ao Estado, que mantivesse a unidade do corpo social, e fosse uma base de suporte moral para os súditos do *Leviatã*, uma espécie de religião civil, que se instituiria com o poder civil.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

poder civil que controle os homens, mas prevalece, nesse estado, o domínio paterno (*De Cive*, IX). O que garante esse controle no tempo de Hobbes é o poder de polícia do Estado, conforme exposto no capítulo XIII do *Leviatã*. Por essas razões, a mobilização da Igreja em censurar a obra hobbesiana: apesar de, em certa medida, ser severo com os ateus, a teoria hobbiana ameaçava o poder clerical concentrado na Igreja.

Ao construir sua teoria a partir do postulado do estado de natureza, Hobbes tinha em mente o contexto no qual estava inserido: na realidade, sua abstração teórica tinha fundamento e estava relacionada ao fato de que enquanto o poder da Igreja permanecesse independente do Estado, inexistiria um poder controlador e, portanto, os homens estariam em uma guerra constante.

Neste momento, adentraremos nas principais críticas filmerianas ao filósofo de Malmesbury. É importante destacar que não temos aqui a pretensão de esgotar todas elas, de forma que analisaremos as principais tensões a partir das referências apresentadas.

4.3A crítica de Filmer à Hobbes

De acordo com Silva (2015), em “Observations”, publicado em 1652, Robert Filmer analisa e combate a origem contratual dos governos, o direito natural, segundo ele, alicerçado sobre princípios individualistas e a teoria da resistência aos governos. Como já abordamos, na referida obra Filmer escolheu três autores exemplares e que tinham influência no início da segunda metade do século XVII, dentre eles, Hobbes, autor em que concentramos nossa pesquisa. Filmer analisa, dentre outros aspectos, o motivo pelo qual Hobbes abandonou a tese patriarcalista em detrimento da tese contratualista, segundo a qual o Estado surgia a partir de um pacto social. Na verdade, a hipótese acatada em *Robert Filmer, Thomas Hobbes e a polêmica entre a vertente contratual e a patriarcal da fundação da autoridade política* (2015) com base em Gordon Schochet (1975, pp. 1-17) é de que o filmerismo se apresenta como se fosse uma correção à teoria desses



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

autores populares e, de maneira complementar, em nossa compreensão, para ganhar espaço no debate político-filosófico.

A crítica de Filmer à filosofia hobbesiana é resumida no título do capítulo 11 “Hobbes et Filmer: *regnum patrimoniale et regnum institutivum*” da obra *Hobbes et la pensée politique moderne* (1995) de Yves Zarka: a apreciação filmeriana se concentra no *regnum patrimoniale* (reino patriarcal) e no *regnum institutivum* (reino por instituição), que Filmer encara como a naturalidade do governo patriarcal contra o que ele chama de convencionalismo¹⁵ contraditório de Hobbes. Para o polemista a naturalidade aparece associada ao reino patriarcal, pois ele concebia o poder natural e divino dos reis de governarem, e, por esse motivo, discordava da fundação da teoria hobbesiana e defendia que ela deveria se basear no patriarcalismo e não no contratualismo. Em contraposição, Hobbes organiza sua teoria a partir do surgimento contratual do Estado soberano, instituído mediante o pacto dos homens; é o chamado reino por instituição, que se refere a tese contratualista de que o Estado surgiria a partir de um pacto social.

Filmer inicia sua crítica em “Observations” por Hobbes e evidencia que concorda com os fundamentos absolutistas (autoridade política) da soberania política estabelecidos no *Leviatã*. Em outras palavras, o polemista consentia com o pensamento hobbista acerca da soberania absoluta do *Leviatã*. No entanto, ele pontua que discorda ativamente do modo com Hobbes alicerça a origem dessa

¹⁵ O emprego desse termo por Filmer é no sentido do convencionalismo filosófico e, portanto, enquanto atitude filosófica que tem a convenção como origem do Estado. Nesse sentido, o convencionalismo, em sentido filosófico, é empregado para classificar autores que defendem ser o Estado fruto da convenção, de um contrato, de um pacto. No entanto, o termo “convencionalismo”, enquanto substantivo masculino, significa qualidade ou caráter do que é convencional; submissão ou apego exagerado às convenções sociais, políticas, etc. Como veremos, enquanto Filmer emprega em sua crítica o convencionalismo no sentido filosófico, em nossa análise empregaremos o termo enquanto um apego filmeriano exagerado às convenções sociais e políticas, conforme o segundo significado que trouxemos acima. Iremos nos referir a esse segundo significado de convencionalismo como “convencionalismo substantivo”, e ao primeiro “convencionalismo filosófico”.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

autoridade, que representada na figura do Leviatã, simboliza o Estado. De acordo com o polemista:

Eu concordo com ele sobre os direitos do exercício do governo, mas não posso concordar com seu meio de adquiri-los. Pode parecer estranho que eu deva elogiar sua construção e, todavia, depreciar sua fundação, mas é assim. Seu *jus naturae* [direito da natureza] e seu *regnum institutivum* [reino por instituição] não me convenceram, eles parecem repletos de contradições e impossibilidades (FILMER, 2004, p. 185).

A partir disso, Filmer contrapõe o *regnum patrimoniale* (reino patriarcal) e o *regnum institutivum* (reino por instituição), ambos presentes nas obras de Hobbes, concentrando sua argumentação no que ele enxerga como uma contradição existente entre as concessões patriarcalistas feitas por Hobbes e sua teoria do direito natural e estado de natureza, no qual os homens viviam em uma guerra de todos contra todos, conforme exposto em *De Cive* (1642) e *Leviatã* (1651). A justificativa filmeriana em apontar tal contradição se deve ao fato de que, na teoria do filósofo inglês, a guerra de todos contra todos envolvia, na verdade, os pais de família, não abarcando, portanto, todos os homens. Filmer faz esse comentário porque Hobbes afirma que a família já existia no estado de natureza e os pais exerciam o poder paterno sobre seus filhos, e, assim, nesse estado, a guerra era entre as famílias. Em virtude disso, Filmer aponta que não seria possível, por conseguinte, que todos os homens concedessem parcelas de sua liberdade firmando um pacto entre si para instituir o Estado. O problema é que, mesmo assim, o fundamento do poder político é o contrato e não uma suposta evolução natural baseada na família, nas vilas e cidades, por exemplo. Além disso, é importante destacar outros dois pontos da crítica filmeriana, quais sejam, o que o polemista aponta como a impossibilidade da realidade do contrato social estabelecido por Hobbes e a possibilidade, ainda que pequena, da resistência civil



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

desenvolvida no *Leviatã*. Adiante, problematizaremos e refutaremos tais pontos levantados por Filmer.

Já no prefácio de “Observations”, Filmer destaca em sua crítica a existência de uma incoerência entre a doutrina hobbesiana do *jus naturae* (direito da natureza) que, de acordo com ele, estabelece uma condição de perfeita igualdade entre os homens; e a existência da constante guerra de “todos contra todos”¹⁶, característica do estado natural, com a concepção de reino patriarcal que o próprio Hobbes teria admitido ser anterior ao contrato social que institui o Estado.

Silva (2015) destaca também que com esta crítica Filmer almejava preservar o sistema hobbesiano, conservando os fundamentos da soberania (autoridade política), mas alicerçando essa mesma soberania na interpretação patriarcalista que tem em Adão o modelo da humanidade e a fonte da origem monárquica da autoridade política. Tal objetivo filmeriano é claramente o oposto do que Hobbes estava defendendo, e, portanto, em linhas gerais, não seria possível utilizar esse alicerce que Filmer sustenta. Em outras palavras, enxergando a necessidade de um poder que controlasse os homens, o que garantiria esse controle, para Hobbes, seria a instituição de um soberano com monopólio da força legítima, o que ele chama de “temor respeitoso”. Nas palavras do autor:

Com isto torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de mantê-los todos em *temor respeitoso*, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens (HOBBS, 2008, p. 109) [destaques nossos].

Em outra passagem que reflete essa necessidade, ele diz que:

e os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis de

¹⁶ Essa expressão está entre aspas, pois de acordo com Filmer, como veremos, seria impossível essa guerra de todos os homens contra todos os homens, já que quem estava em guerra eram as famílias, lideradas pelos chefes de família.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando o poder fazer com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para a nossa segurança, cada um confiará e poderá legitimamente confiar, apenas na sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros (HOBBS, 2008, p.144).

Filmer sustenta, ainda, que a solidez do argumento patriarcal fora levada em conta pelo próprio Hobbes ao escrever no *Leviatã* passagens como: “o ‘pai existindo antes da instituição de uma república’ era originalmente um ‘soberano absoluto’ ‘com poder de vida e morte’, e que ‘uma grande família, conforme os direitos de soberania é uma pequena monarquia’ “ (FILMER, 2004, p. 185). A conclusão que tiramos de interpretações de trechos como esses da obra hobessiana é de que exatamente por antes da instituição da república o poder ficar concentrado nos chefes de família, e, por conseguinte, eles que tomavam à frente das decisões, e, portanto, tinham o poder decisório neles concentrado, é que Hobbes desenvolve sua teoria na contrapartida disso. Em outras palavras, tendo em vista que a sua proposta do *Leviatã* foi inspirada no termo bíblico que aparece no livro de Jó como sendo um monstro que governa os filhos do orgulho, o ponto principal que Hobbes retira de tal passagem bíblica é dessa figura como um monstro: o Estado é um monstro porque, como podemos observar nas últimas passagens citadas acima, ele nos governa pelo medo, de modo que o homem deixa de ter medo de todos os outros homens e passa a ter medo do Estado, que se compromete a proteger sua vida. Portanto, esse poder de Estado não poderia estar sujeito aos caprichos de nenhum súdito, já que uma vez instituído o Estado, nenhum súdito tem controle sobre ele.

Na verdade, Filmer buscava deslegitimar os fundamentos contratualistas de origem da autoridade colocados por Hobbes, sustentando fundamentações bíblicas; já a teoria hobbesiana ia exatamente de encontro com a independência



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

do poder religioso da Igreja¹⁷ e, inclusive, o filósofo inglês teve sua obra colocada no *Index* (lista de livros proibidos pela Igreja). Nossa hipótese, como veremos, é que se tratava de um convencionalismo enquanto um apego filmeriano exagerado às convenções sociais e políticas¹⁸ (ver o sub tópico seguinte “4.4 Os usos da linguagem de Hobbes: convencionalismo filmeriano?”) em fazer certo malabarismo a partir da teoria hobbesiana para através dela defender o absolutismo monárquico a partir da ordem patriarcal, conforme o livro de Gênesis. Essa concepção entra em contradição com as visões convencionalistas, termo empregado para classificar autores que defendem ser o Estado fruto de uma convenção entre os homens, de um contrato ou pacto. Mas se partimos de uma visão mais colaborativa e fraternal, em razão da soberania política absoluta defendida por Hobbes, talvez o polemista estivesse tentando mostrar ao seu contemporâneo que o problema estava na fundação contratual da autoridade política. E, ainda, que Hobbes poderia ter popularidade com a sua teoria adotando um viés que defendesse a independência do poder religioso perante o Estado, e, portanto, abandonasse o que Filmer lhe imputava como uma postura convencionalista.

Filmer defende que a partir do momento que Hobbes instituiu a origem da autoridade dos pais antes do contrato social – através do qual o Estado surgiria – seria um trabalho infrutífero tentar conciliar esses dois direitos em sua teoria porque a tese do contrato social entre os homens no estado de natureza não admitia a existência de outras autoridades instituídas anteriormente. Na visão do autor de “Observations”, tal contradição se verifica não só nas passagens da obra hobbesiana, mas também porque contraria a história bíblica que estabelece o domínio natural de Adão e a sujeição da mulher e da descendência de ambos ao poder patriarcal do homem. Assim, Filmer se caracteriza como um naturalista, e

¹⁷ A este respeito ver a nota de rodapé número 14.

¹⁸ Sobre isso conferir a nota de rodapé número 15.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Hobbes como convencionalista. Com essa argumentação filmeriana podemos observar que, ao que parece, as justificações religiosas e divinas possuem muito mais força ao longo da crítica de Filmer. Isso significa dizer que o polemista seiscentista fundamenta a ordem natural nos textos sagrados e assume as fundamentações bíblicas do livro Gênesis como narrativa verdadeira a partir da qual seria possível fundamentar uma ordem política, mais especificamente a partir da teoria de Hobbes, colocada em xeque naquele contexto. Não é à toa que a obra hobbesiana foi considerada uma das publicações heréticas ou anticlericais proibidas. Prova dessa nossa constatação aparece na seguinte passagem filmeriana, que enfatiza que o discurso de Hobbes entra em contradição com a verdade bíblica:

Se Deus criou apenas o homem e de uma parte dele fez a mulher e se pela geração deles dois como parte deles toda a humanidade se propagou; se Deus também deu para Adão não apenas o domínio sobre a mulher e as crianças que derivarão deles, mas também sobre a terra inteira para dominá-la e da mesma forma sobre todas as criaturas. Então enquanto Adão viveu nenhum homem deveria alegar ou gozar alguma coisa que não fosse por doação, designação ou permissão dele. Eu me pergunto como o direito de natureza pode ser imaginado pelo Sr. Hobbes, o qual, ele diz, é a liberdade que “cada homem possui de usar o seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria vida”; “uma condição de guerra de todos contra todos”; “um direito de cada homem a todas as coisas, até mesmo aos corpos dos outros”, sobretudo porque ele mesmo afirma “que originariamente o pai de todo homem era também o senhor supremo, com poder sobre ele de vida e de morte” (FILMER, 2004, p. 187)

Além disso, Silva (2015) aponta que dessa argumentação derivam os principais aspectos da crítica de Filmer contra Hobbes, quais sejam, a incongruência entre a história sagrada, o estado de natureza e o direito natural, a paternidade existente antes do contrato e os próprios termos do pacto social.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Desse modo, temos que Filmer evidencia uma contradição entre o estado de natureza estabelecido por Hobbes e a história da criação, esta que pressupõe um início social para a humanidade fundamentado na família de Adão, assim como uma contradição interna porque Hobbes estabelece o direito de paternidade ainda no estado de natureza, instaurando a existência de duas espécies de soberania, a paternal (*regnum patrimoniale*) e aquela futura instituída (*regnum institutivum*) por convenção. Assim sendo, Silva (2015) corrobora nossa hipótese de que, por enxergar a interpretação do pensamento político de Hobbes como a de um individualista, Filmer concebe tais contradições dessa maneira. Em contraposição a esta típica interpretação do pensamento hobbesiano, adotamos uma concepção altruísta e coletivista a respeito do filósofo, que se justifica, dentre outras razões, pela compreensão de que no estado de natureza postulado por ele, quem estava em guerra não eram os indivíduos, mas as famílias, pois “[...] a unidade social elementar para Hobbes não era o indivíduo, mas a família.” (SCHOCHET, 1975, p. 240). Partindo da referida concepção do filósofo como um autor, em certa medida, altruísta e coletivista nos deparamos com a descoberta de um novo argumento para o nosso trabalho acerca da filosofia hobbesiana sob um viés humanista, em sentido lato e genérico¹⁹, e não individualista: ao conceber a família como unidade social elementar, temos um reconhecimento dos valores coletivos.

Apesar das discordâncias entre os dois autores, em *Hobbes et la pensée politique moderne*, mais especificamente no capítulo 11 intitulado “Hobbes et Filmer: *regnum patrimoniale* et *regnum institutivum*”, Yves Charles Zarka investiga a relação entre Hobbes e Filmer e chama a atenção para a existência de pontos comuns entre os dois autores. Isso porque, sem levar em consideração as

¹⁹ A adoção do posicionamento humanista em sentido lato ou genérico não possui relação com o humanismo enquanto movimento filosófico do início da modernidade no Renascimento, mas sim como apontaria Skinner (2010), trata-se de uma busca de autores clássicos com o objetivo de delinear um entendimento para possíveis problemas de nosso tempo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

justificativas patriarcalista e contratualista, Hobbes e Filmer consentiram sobre a origem da autoridade política soberana. De acordo com Zarka:

As convergências de Filmer e Hobbes sobre a soberania são numerosas. Para nossos dois pensadores, a teoria política não tem por função escutar a arte de governar, as *arcana imperii*, mas de definir o conteúdo dos direitos da soberania e, correlativamente, estender à obediência dos súditos” [destaques do autor] (ZARKA, 2001, p. 255).

A partir de tais considerações partimos agora para a nossa hipótese acerca de um convencionalismo filmeriano, enquanto um apego exagerado às convenções sociais e políticas, na crítica à Hobbes.

4.4. Os usos da linguagem de Hobbes: convencionalismo filmeriano?

No capítulo IV “Da linguagem”, alocado na primeira parte, intitulada “Do homem”, de *Leviatã* (1651), Hobbes se debruça sobre o poder da linguagem e elenca quatro usos especiais, de forma que para cada um desses usos existem, de igual modo, quatro abusos correspondentes.

Dentre os quatro usos especiais da linguagem, destaca-se o segundo elencado que trata basicamente da linguagem como signo, como comunicação: “Em segundo lugar, para mostrar aos outros o conhecimento que atingimos, ou seja, aconselhar e ensinar uns aos outros” (HOBBS, 2008, p. 31). Na sua empreitada em “Observations”, Filmer realiza um exercício argumentativo através do conhecimento que ele acredita ter atingido, e, ao mesmo tempo, tem como objetivo, de certa forma, “salvar” o sistema hobbesiano ao afirmar que deve elogiar a construção e criticar a fundação teórica, aplicando-se, assim, o segundo uso da linguagem. No entanto, como salientamos, para cada uso existem abusos correspondentes. Assim sendo, o segundo abuso se refere a utilização das palavras por meio de metáforas, conferindo um sentido diferente daquele que fora realmente atribuído e enganando outras pessoas. Note-se que, como o próprio Filmer suscita, Hobbes defende no *Leviatã* a existência da figura do pai como um



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

soberano absoluto antes da instituição de uma república, mas Filmer acaba concedendo uma interpretação diferente do que o filósofo inglês desejava, e, portanto, é possível dizer que o polemista teria cometido um dos abusos da linguagem descritos por Hobbes. Na verdade, é mais simples do que parece: partindo do argumento hobbesiano, sendo um Estado instituído, o seu poder não pode estar submisso às vontades dos súditos e não haveria que se falar em uma fundação patriarcal do Estado. Dessa maneira, delimitamos que ao conferir contradição à fundação teórica da origem contratual hobbesiana, Filmer pode ter, ao contrário do que talvez desejasse, suscitado mais motivos do que Hobbes já enfrentava para que seu escrito fosse considerado sedicioso.

Junto a isso, se aplica também o terceiro uso da linguagem que nas palavras do filósofo de Malmesbury: “Em terceiro lugar, para darmos a conhecer aos outros nossas vontades e objetivos, a fim de que tenhamos a ajuda uns dos outros” (HOBBS, 2008, p. 31). Tal uso linguístico pode ser observado, mais uma vez, na pretensão filmeriana de “salvar” parte da teoria de Hobbes, pois em suas “Observações”, ao argumentar a respeito do reino patriarcal e do reino por instituição, Filmer demonstra, claramente, predileção pelo primeiro, correspondendo, assim, a uma tese do que seria a forma de governo mais apropriada a partir de suas perspectivas. Ao mesmo tempo, tentando salvar a construção teórica hobbesiana e criticando a sua fundação, Filmer acredita que está tentando ajudar o seu contemporâneo. Nesse sentido, o abuso correspondente ao terceiro uso da linguagem se resume a através das palavras declarar uma vontade que na verdade não o é. Neste ponto, defendemos a possibilidade de uma inversão das atitudes que foram defendidas pelo polemista: será que o convencionalismo, enquanto apego exagerado às convenções sociais e políticas, imputado a Hobbes por Filmer, não era, na realidade, uma atitude do próprio Filmer? Isso se justifica pelo fato de que, ao defender o reino patriarcal em detrimento do reino por instituição, quem estivesse sendo convencionalista fosse o



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

próprio Filmer sustentando o *status quo* vigente, no qual o poder religioso, espiritual continuaria independente da autoridade política instituída, do Estado.

5. Conclusões

Ao apontar um convencionalismo contraditório na teoria de Hobbes, Filmer se refere ao convencionalismo enquanto uma atitude filosófica que tem na convenção, no contrato, a origem do Estado. Como foi possível analisar, a contradição pontuada pelo polemista se concentra no que ele acredita ser o abandono da tese patriarcalista em detrimento da contratualista. Com isso, foi possível concluir que Filmer estava errado e que jamais Hobbes poderia utilizar a tese patriarcalista como origem do Estado, pois com a Reforma Protestante muitas nações modernas tiveram que reivindicar a sua soberania sobre a esfera secular. E, no caso de Hobbes, sendo que na Inglaterra se desenvolveu um espírito anticatólico, a orientação era fundar uma religião que servisse ao Estado, que mantivesse a unidade do corpo social, e fosse uma base de suporte moral para os súditos do Leviatã, uma espécie de religião civil, que se instituiria com um poder civil na figura do Estado.

A partir das considerações feitas neste relatório, com base principalmente na análise feita acerca dos usos da linguagem, observamos o convencionalismo, aplicado por nós à Filmer, em um outro sentido e diverso do utilizado por ele para criticar à teoria hobbesiana: é aquele relacionado ao apego exagerado às convenções sociais e políticas, o que chamamos de “convencionalismo substantivo”, conforme abordamos (ver nota de rodapé número 15). Com isso, ao que parece, Filmer estaria atribuindo uma espécie de oportunismo à teoria hobbesiana. Isso porque, em linhas gerais, ele parece dizer que a fundamentação do autor está em alguma medida submissa ou apegada exageradamente às convenções sociais e políticas que erodiam na época. Em outras palavras, de acordo com a crítica filmeriana, Hobbes estaria aproveitando-se das ideias republicanas que estavam se popularizando. *Grosso modo*, Filmer acaba



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

imputando à teoria de Hobbes um quê de anuência com os ideais políticos que ganhavam espaço apenas para obter algum prestígio e porque diante do cenário em que viviam convinha acatar tais posições, e não propriamente porque nelas acreditava e sustentava.

Resumidamente, a partir dessa outra perspectiva do convencionalismo enxergada por nós, Filmer acreditava que a fundação do Estado hobbesiano a partir dos ideais republicanos era uma convenção diante das tensões entre a sociedade e a realeza. Vale dizer que o convencionalismo imputado pelo próprio Filmer à Hobbes é o filosófico e, por isso, o polemista sustentava que o filósofo estava sendo contraditório. Em outros termos, além do convencionalismo filosófico apontado pelo próprio Filmer em sua crítica, através de nossa análise, percebemos também o convencionalismo em um outro sentido, que é o de substantivo. Assim, trazemos à luz que a própria interpretação filmerista é que pode ser enxergada como convencionalista e põe em xeque a suposta admiração que Filmer aparentava nutrir por Hobbes. A justificativa para tal conclusão tem respaldo no próprio contextualismo histórico e linguístico de Skinner que mencionamos. Faz-se necessário, ainda, ressaltarmos que essa análise não é uma tentativa de atualizar o pensamento dos autores, afinal, isso incorreria em anacronismo.

Sob o olhar de Filmer, seria adequado que a fundação da teoria de Hobbes partisse do *regnum patrimoniale* em detrimento da instituição através do pacto. A partir disso, não há propriamente um abandono por Hobbes da tese patriarcalista, isto é, que da naturalidade da família derivava essa instituição, pois, de fato, antes da instituição do Estado os pais das famílias eram os soberanos e senhores de suas vontades, mas com a instituição da república, o poder soberano não poderia ficar submisso aos desejos e à autorrealização de cada homem. É verdade, e sobre isso concordamos com Filmer, que a solidez do argumento patriarcal fora considerada pelo próprio Hobbes. No entanto, evidentemente que Hobbes levaria



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

isso em conta, pois a partir de seu postulado do estado de natureza era preciso antes analisar questões acerca do homem, para depois definir como os homens viviam antes da instituição da república e, em seguida, passar para a instituição do Estado.

Quanto aos apontamentos do polemista sobre a impossibilidade da realidade do contrato social estabelecido por Hobbes e da possibilidade da resistência civil desenvolvida no *Leviatã*, também deles discordamos. Sobre a impossibilidade da realidade do contrato social estabelecido por Hobbes, podemos observar que, ainda que o autor não estivesse muito preocupado com a realidade ou não da vida natural²⁰, esse postulado hobbesiano não só é possível, como foi executado e é o Estado que hoje conhecemos, muito mais próximo, evidentemente, do modelo de Montesquieu da tripartição de poderes, mas que conta com uma base da origem contratual do Estado delimitada por Hobbes, e, que hoje se apresenta ainda como a base política do Ocidente. E, junto a isso, ainda nos dias atuais, temos um Estado que conserva no seu cerne o monopólio do uso da força legítima através do chamado “temor respeitoso”, assim denominado por Hobbes, ainda que, evidentemente, através de outros mecanismos. No que diz respeito a isso podemos dizer que, em certa medida, nossa pretensão é humanista – como já nos referimos a esse pensamento skinneriano –, pois trata-se da busca de autores clássicos com o objetivo de delinear um entendimento para problemas de nosso tempo, como pretendemos desenvolver em trabalhos futuros. Além disso, quanto ao argumento de que não seria possível a participação de todos os homens nesse processo, entendemos que isso se devia ao próprio contexto histórico, político e social no qual os autores estavam envolvidos, que ainda levava em consideração o poder patriarcal e, principalmente, o poder decisório dos pais/chefes de família.

²⁰ A este respeito conferir RINESI, Eduardo. *Hobbes e o antagonismo como o real da política*, 2000.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

A respeito da impossibilidade de uma teoria da desobediência ou da resistência abordada por Filmer, acreditamos que tanto era possível que foi defendida e analisada por outros comentadores de Hobbes. No capítulo XXI “Da liberdade dos súditos”, o filósofo seiscentista afirma que, em certos casos, os súditos estão dispensados da obediência ao soberano. Assim, a obrigação dos súditos para com o soberano dura apenas enquanto dura também o poder através do qual ele é capaz de nos proteger, pois nas palavras do autor: “a obrigação dos súditos para com o soberano dura enquanto, e apenas enquanto, dura também o poder mediante o qual ele é capaz de protegê-los” (HOBBS, 2008, pp. 188-189). Quanto a isso, lembremos que apesar dos estudos dedicados à possibilidade de uma teoria da resistência ou desobediência em Hobbes serem escassos, integram parte das pesquisas de alguns comentadores. De maneira exemplar, temos o trabalho de Pogrebinschi (2009), no qual a autora expõe que o direito de resistência ao soberano pode compor uma obrigação ou, ainda, um dever dos súditos; ou até mesmo o trabalho desenvolvido por Renato Janine Ribeiro²¹ no qual é apresentado um certo “direito à desobediência” que ocorre, em linhas gerais, através da rebelião.

A resposta para os ataques filmerianos, além do que colocamos do desejo de inserir-se no debate político-filosófico da época, se deve em razão da leitura feita por Filmer de Hobbes como um defensor do direito natural. Isso significa dizer que, diferentemente da linha que adotamos, qual seja, a tese de um Hobbes antinaturalista e que enxergava a necessidade do juspositivismo, isto é, normas escritas emanadas pelo Estado (que seriam as leis civis), o polemista via o filósofo seiscentista muito mais próximo do jusnaturalismo. A razão para essas incoerências apontadas por Filmer está no fato de que ele fez sua análise com base no contexto histórico e linguístico no qual estava inserido, como aponta a

²¹ A este respeito conferir POGREBINSCHI, Thamy. *Os dois deuses de Hobbes. Limites da obrigação política hobbesiana*, 2009.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

técnica da redescrição retórica de Skinner, caracterizando-se, assim, como um naturalista, enquanto Hobbes aparece como contratualista. Não sendo possível, portanto, defender a origem patriarcal do Estado – conforme entendia Filmer –, pois com o surgimento da república, a autoridade política não poderia ficar submetida aos desejos de cada um dos súditos, e, dessa forma, restaria o *regnum institutivum* (reino por instituição), como causa de existência do Estado ou república (*civitas*).

Diante de tais considerações, é difícil continuar sustentando um Hobbes autoritário. E, levando em conta o que ele mesmo defendia, os discursos, os atos e as palavras, ou melhor, a linguagem, possui tanta força que mesmo após mais de trezentos e cinquenta anos de *Leviatã*, Hobbes continua sendo taxado como um filósofo egoísta e autoritário. A partir disso, é possível notar que, muito provavelmente, o filósofo foi vítima de sua própria constatação sobre o efeito e o poder da linguagem. Com a nossa investigação, uma das conclusões que fazemos (além das que já foram expressas) é baseada no fato de que já no século XVII o filósofo de Malmesbury nos alertava: devemos observar o que um ato diz ao invés de confiar no que as palavras dizem, pois através dos discursos, independentemente do período histórico, as leis e a normatização em geral podem ser recorridas por autoritários ou republicanos, pois como afirma Isaiah Berlin em *Dois conceitos de liberdade*, “nas mentes de alguns dos mais impiedosos tiranos e perseguidores na história” eles acreditavam “que os atos que praticaram eram plenamente justificados pelo seu propósito” (2002, p. 269).

Por fim, se os homens nunca discordassem, como faz Filmer na crítica da teoria de Hobbes em “Observations”, muitos estudos não poderiam ter sido concebidos. E, além disso, não existindo conflitos e discordâncias, não haveria a necessidade de um Estado como conhecemos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

6. Perspectivas

A partir dos aspectos abordados, esperamos na continuidade da pesquisa desenvolver a temática a partir do viés sobre lei, liberdade e parlamento, investigando aspectos da *common law*. Além disso, como descrito no tópico “8. Outras atividades”, desejamos prosseguir com a formação de grupo de pesquisa no CODAP e realizar apresentações em eventos internacionais como o “V Colóquio Nacional de Ética e Filosofia Política”.

Como referências bibliográficas na perspectiva de futuros trabalhos aparecem as seguintes obras a serem melhor trabalhadas:

BOYER, Allen (ORG). **Law, liberty and parliament: selected essays on the writings of sir Edward Coke**. Indianapolis: Liberty Fund, 2004.

COKE, Edward. **The selected writings and speeches**. Ed. Steve Sheppard, vl. 2. Indianapolis: Liberty Fund, 2003.

CRIGNON, Philippe. **La philosophie de Hobbes**. Paris: J. Vrin, 2017.

MARTINICH, A. P. **Hobbes**. New York: Routledge, 2005.

SCHOCHET, Gordon. **Patriarchalism in political thought**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

A partir desta pesquisa, temos a contribuição para uma perspectiva de futuro trabalho no sentido de fornecer uma base filosófica consistente para a bolsista no desenvolvimento de um possível Trabalho de Conclusão de Curso e, mais tarde, um projeto para seleção de mestrado que se relacionem, em alguma medida, com o tema estudado na Iniciação Científica.

Tendo em vista, por exemplo, que Hobbes pontua que se houvesse a possibilidade de os homens chegarem a um acordo entre si não haveria necessidade da existência de um poder superior, é possível analisar a própria origem do Direito e do sistema penal que, como o Estado, surgem para controlar o



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

comportamento das pessoas. Com uma base sólida sobre aspectos inerentes ao Estado, uma das análises possíveis seria nesse sentido de, partindo, da origem pretensiosa do Direito de prevenir colisões (BERLIN, 2002, p. 233) e neutralizar os conflitos, inerentes à natureza humana conflituosa, investigar como confrontar um sistema que na sua origem surge com o objetivo de controle. Perguntas como: “Até onde o poder do Estado é legítimo partindo da sua instituição? ”, “Até onde o uso da linguagem como instrumento de poder é legítimo? ”, “Os objetivos aos quais o Direito e o sistema de justiça criminal se propõe são legítimos? ”, “É possível falar em liberdade se vivemos em um Estado que a todo momento limita a nossa liberdade? ”, “Seria então um paradoxo? ”, refletem algumas das tensões que vieram à tona no decorrer da pesquisa e que se apresentam como futuros caminhos na continuidade da carreira acadêmica.

7. Referências bibliográficas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FILMER, Robert. (1991). Observations Concerning the Originall of Government upon Mr Hobs ‘Leviathan’, Mr Milton against Salmasius, H. Grotius ‘De jure belli’, *In Patriarcha and Other Writings*. Ed. Johann P. Sommerville, Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 184-197.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Do cidadão**. Tradução, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **Os elementos da lei natural e política: tratado da natureza humana, tratado do corpo político**. Trad. Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2002b.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: _____. **Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 226-272.

CARVALHO, C. M. Ciência civil e liberdade republicana em Thomas Hobbes. In: Marcelo de Sant'Anna Alves Primo; Saulo Henrique Souza Silva; Vladimir de Oliva Mota. (Org.). **Ética e Filosofia Política: interlocuções entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. 1ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2020, v. 1, p. 24-44.

FRATESCHI, Y. (2007). **Liberdade e Livre-arbítrio em Hobbes**. Cadernos de História e Filosofia da Ciência (UNICAMP), v. 17, p. 41-58, 2007.

MONTEIRO, J. P. (1998). **A ideologia do Leviatã hobbesiano**. Acessado em: 22 jul. 2020 e disponível em: <https://cutt.ly/LyLu3Xs>

POGREBINSCHI, T. (2009). **Os dois deuses de Hobbes. Limites da obrigação política hobbesiana**. Dois Pontos, São Carlos, vol 6., nº 3, p. 147-179, 2009.

RIBEIRO, R. J. (2006). **Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero. Filosofia política moderna: De Hobbes a Marx Boron**. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo, 2006.

RINESI, Eduardo. Hobbes e o antagonismo como o real da política. **Lua Nova**. São Paulo, n. 51, p. 51-70, 2000. Acessado em: 27 de jul. 2020 e disponível em: <https://cutt.ly/MsRGeeA>

SANTOS, A. C. **De inquieto a ateu: ecos de Locke nos verbetes “Ateu” e “Ateísmo” da Enciclopédia**. Apoio: Bolsa de Produtividade do CNPQ. No prelo.

SCHOCHET, Gordon. **Patriarchalism in political thought**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

SILVA, Saulo H. S. **Robert Filmer e a emergência da filosofia liberal**, 2014. 245 p. Tese de doutorado: Universidade Federal da Bahia, Salvador.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

_____, Saulo H. S. Robert Filmer, Thomas Hobbes e a polêmica entre a vertente contratual e a patriarcal da fundação da autoridade política. *In*: Carvalho, M.; Freitas, J. de; Santos, A. C. dos. **Filosofia do Século XVIII**. Coleção XVI Encontro ANPOF: ANPOF, p. 25-36, 2015.

SILVA, L. C. S. Elementos políticos de uma moderna filosofia do poder em Hobbes: o utilitarismo das ciências contra a neutralidade da razão prática. *In*: Evaldo Becker, Marcelo de Sant'Anna Alves Primo, Saulo Henrique Souza Silva (Orgs.). **Moral, ciência e história no pensamento moderno**. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____, Quentin. (2008). **Hobbes e a liberdade republicana**. Tradução por Modesto Florezando. São Paulo: Unesp, 2010.

STRAUSS, Leo. (2009). **Direito natural e história**: introdução e tradução de Miguel Morgado. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

ZARKA, Yves. Hobbes et Filmer: regnum patrimoniale et regnum institutivum *In* **Hobbes et la pensée politique moderne**. Paris: PUF, 1995, p. 253-267.

8. Outras atividades

As atividades abaixo descritas foram realizadas durante o período da bolsa (de agosto de 2019 a julho de 2020). Em virtude disso, mencionaremos apenas as datas que especificamente forem relevantes para situar, por exemplo, as participações em eventos. A justificativa disso está no fato de que, em algumas dessas atividades, não é possível informar com exatidão as datas iniciais e finais do seu desenvolvimento visto que se realizaram durante vários momentos da pesquisa.

O tópico “8. Outras atividades” foi dividido em dois sub tópicos para melhor sistematizar a listagem das atividades de maneira sucinta e para facilitar a menção



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

dessas atividades oportunamente. O sub tópico “8.1. Atividades desenvolvidas no primeiro momento da pesquisa” se refere às atividades desenvolvidas no período de 08 de agosto de 2019 a janeiro de 2020, que compreende o momento inicial de nossa pesquisa, e, por conseguinte, constituiu o relatório parcial submetido. Já o sub tópico “8.2. Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa” se refere às atividades desenvolvidas de fevereiro de 2020 a julho de 2020. Na medida do desenvolvimento das atividades nesses dois períodos, ambos os sub tópicos foram também divididos.

O sub tópico “8.1. Atividades desenvolvidas no primeiro momento da pesquisa” foi dividido nos seguintes itens: “1. Formação complementar”, subdividido em “1.1. Cursos” e “1.2. Extensões universitárias”; “2. Projetos de extensão”; “3. Prêmios”; “4. Produções”, subdividido em “4.1. Produção bibliográfica” e “4.2. Apresentação de trabalhos”; “5. Eventos” subdividido em “5.1. Participação em eventos”; “6. Outros”.

O sub tópico “8.2. Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa” foi dividido nos itens: “1. Grupos de pesquisa”; “2. Formação complementar” subdividido em “2.1. Cursos”; “3. Produções” subdividido em “3.1. Produção bibliográfica” (“3.1.1. Capítulos de livros publicados”, “3.1.2. Artigo em revista”, “3.1.3. Apresentações de trabalhos”) e “3.2. Produção técnica” (“3.2.1. Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia”, “3.2.2. Demais tipos de produção técnica”); “4. Eventos” subdividido em “4.1. Participação em eventos” e “4.2. Organizações de eventos”; e “5. Organização de eventos”.

Antes de passar para os tópicos supracitados é importante destacar que duas atividades previstas para serem realizadas no período de fevereiro a julho de 2020 não foram desenvolvidas. Vale ressaltar que tais atividades não estavam previstas diretamente no plano de trabalho, mas surgiram durante o período da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

bolsa como oportunidades de enriquecimento da pesquisa e suas experiências correlatas. São elas: a formação de grupo de pesquisa no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, com vistas a fomentar ainda mais a Iniciação Científica na educação básica, mas que infelizmente não foi possível ocorrer já que, em virtude da pandemia, as aulas no colégio foram suspensas; e a apresentação de comunicação no “V Colóquio de Ética e Filosofia Política”, evento tradicional na área e que tinha previsão para ocorrer de 10 a 12 de junho de 2020, mas também não se realizou em razão das medidas de distanciamento no combate ao novo coronavírus. Apesar disso, como veremos, a não realização dessas duas atividades não comprometeu a finalização da pesquisa e aparecem como perspectivas de futuros trabalhos a serem desenvolvidas, o que destaca o caráter contínuo da pesquisa científica. Além disso, foi possível desempenhar atividades semelhantes, por exemplo, a participação em outros grupos de pesquisa e a apresentação de comunicação em outros eventos.

8.1 Atividades desenvolvidas no primeiro momento da pesquisa (de 08 de agosto de 2019 a janeiro de 2020)

1. Formação complementar

1.1. Cursos

Curso de mediação e conciliação judicial: Conclusão do módulo teórico (40 horas) do curso de conciliação e mediação judicial realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), através de convênio assinado entre o Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR) da UFS e o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) nos dias 08, 09, 10, 11, 14 e 15 de outubro de 2019. Com a conclusão do módulo teórico (fase 1), demos início ao módulo prático (fase 2) em 05 de novembro de 2019, para após completar as 60 horas de audiências de conciliação e mediação judicial, obter a certificação como conciliadora pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

1.2. Extensões universitárias

Participação no minicurso “Redação científica T2” no dia 05 de novembro de 2019 durante o 29º Encontro de Iniciação Científica (EIC UFS) na VI Semana Acadêmica da UFS (SEMAC), que contou com a participação de discentes dos mais variados cursos da UFS.

2. Projetos de extensão

Participação como voluntária no projeto de extensão intitulado “Métodos autocompositivos na prática jurídica do curso de Direito - UFS 2019” no período de 15 de maio de 2019 a 09 de agosto de 2019 e no projeto de extensão “Métodos autocompositivos na prática jurídica do curso de Direito - UFS 2019 – Etapa II” no período de 09 de agosto de 2019 a 10 de dezembro de 2019.

Ambos os projetos de extensão aparecem como complemento um ao outro. O projeto “Métodos auto compositivos na prática jurídica do curso de Direito – UFS 2019” se apresenta como a primeira parte de um projeto maior representado pelo Termo de Cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR) da UFS e o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Assim, nesta fase inicial, discutimos textos centrais para a prática jurídica da conciliação e da mediação judicial. Após isso, com a assinatura do termo de cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR) da UFS e o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), iniciou-se o módulo teórico do Curso de conciliação e mediação judicial realizado nos dias 08, 09, 10, 11, 14 e 15 de outubro de 2019 no fórum Gumersindo Bessa. Com isso, foi possível passar para o segundo momento deste projeto maior dando início ao projeto “Métodos auto compositivos na prática jurídica do curso de Direito – UFS 2019 – Etapa II”. Nesta segunda fase, já tendo o conhecimento teórico necessário, demos início à condução das sessões de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

conciliação e mediação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) do Fórum Gumersindo Bessa.

3. Prêmios

Prêmio destaque do ano em 2º lugar na modalidade comunicação oral de Ciências Humanas (29º Encontro de Iniciação Científica da UFS) em 08 de novembro de 2019 com o plano de trabalho “A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade republicana”.

4. Produções

4.1. Produção bibliográfica

Publicação no caderno de resumos de 02 de dezembro de 2019 da “XX Semana de Filosofia: Filosofia e Literatura” da Universidade Federal de Sergipe com o trabalho intitulado “Linguagem e poder no postulado hobbesiano”.

4.2. Apresentações de Trabalho

Apresentação do trabalho intitulado "A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade republicana" (PIBIC 2018/2019) durante o 29º Encontro de Iniciação Científica (EIC UFS) na VI Semana Acadêmica da UFS (SEMAC) em 04 de novembro de 2019.

Apresentação da comunicação intitulada “Linguagem e poder no postulado hobbesiano” na “XX Semana de Filosofia: Filosofia e Literatura” no dia 06 de dezembro de 2019.

5. Eventos

5.1. Participação em eventos

Participação como monitora no “29º Encontro de iniciação científica” durante a VI Semana Acadêmica (VI SEMAC) da UFS no período de 04 a 08 de novembro de 2019.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Participação como ouvinte no “I Encontro da Rede Internacional de Pesquisa: Direitos Humanos e Transnacionalidade (REDHT)” em 05 de novembro de 2019, que contou com a assinatura do termo de cooperação entre a Universidade Federal de Sergipe e outras diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

Participação como ouvinte no “XXXVIII Simpósio Transnacional de Estudos Científicos” nos dias 19 e 20 de novembro de 2019.

Participação como ouvinte no “XVIII Panathenaia” em 22 de novembro de 2019.

6. Outros

Revisão do Relatório Final do plano de trabalho “A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade republicana” premiado no 29º Encontro de Iniciação Científica (UFS) do PIBIC 2018/2019 para publicação no Repositório Institucional da UFS (ver tópico “8.2. Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa”, item “3.2.2. Demais tipos de produção técnica”).

Revisão da tradução de *Observations concerning the originall of government* de Robert Filmer para publicação em revista científica (submetido para publicação na Revista “Cadernos Espinosanos” – Revista da USP (ver tópico “8.2. Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa”, item “3.2.2. Demais tipos de produção técnica”).

Elaboração de artigo para publicação em capítulo de livro pela Editora Discurso Editorial de São Paulo (ver tópico “8.2. Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa”, item “3.1. Produção bibliográfica, 3.1.1. Capítulos de livros publicados”).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Elaboração de comunicação para apresentação na III Semana de Filosofia Livre (SEFILL) de 10 a 14 de fevereiro de 2020 (ver tópico “8.2. Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa”, item “3.1.3. Apresentações de trabalhos”).

8.2 Atividades desenvolvidas no segundo momento da pesquisa (de fevereiro de 2020 a julho de 2020)

1. Grupos de pesquisa

Participação no grupo de pesquisa Ética e Filosofia Política da Universidade Federal de Sergipe (UFS): Com o início das atividades do grupo através de reuniões remotas no dia 12 de maio de 2020 foi possível a participação nos encontros à distância. O grupo em questão tem como participantes discentes e professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFS, do Departamento de Filosofia (UFS), assim como alunos e profissionais de outras universidades e de outras áreas como Direito e Medicina, contribuindo sobremaneira no prosseguimento desta pesquisa. Ocorrendo encontros semanais, a metodologia adotada nas reuniões do grupo se dá mediante a proposição de textos escritos pelos integrantes, fomentando, assim, a leitura e produção textual; e, em último caso, isto é, no caso de não haver proposta de texto escrito por um dos participantes do grupo, é escolhido um texto de interesse geral que tenha relação com a temática do grupo. Essa atividade ainda está sendo desenvolvida semanalmente.

Participação no grupo de pesquisa “Eficácia dos direitos humanos e fundamentais: seus reflexos nas relações sociais” da Universidade Federal de Sergipe. Essa atividade aparece vinculada com o trabalho desenvolvido nos projetos de extensão “Métodos auto compositivos na prática jurídica do curso de Direito – UFS 2019” e “Métodos auto compositivos na prática jurídica do curso de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Direito – UFS 2019 – Etapa II”, respectivamente; e também com o Curso de mediação e conciliação judicial pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado em convênio através do Termo de Cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR) da UFS e o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Tal vinculação se deve ao fato de que as três atividades referidas estão relacionadas de modo que nas reuniões do referido grupo de pesquisa nosso trabalho se concentrava na discussão das experiências obtidas na realização das sessões de conciliação e mediação no Fórum Gumersindo Bessa, bem como a respeito dos relatórios destas e também a partir da leitura de textos basilares sobre os métodos auto compositivos.

2. Formação complementar

2.1. Cursos

Curso “Os pensadores – Hobbes” com Renato Janine Ribeiro em andamento pela Casa do Saber.

Curso em andamento pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) com o tema “O atendimento das mulheres em situação de violência doméstica ou de gênero”.

Curso de atualização em andamento “Ciclo de Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos Humanos” iniciado em 14 de julho de 2020.

3. Produções

3.1. Produção bibliográfica

3.1.1. Capítulos de livros publicados

Publicação do capítulo de livro “Ciência civil e liberdade republicana em Thomas Hobbes” In: Marcelo de Sant’Anna Alves Primo; Saulo Henrique Souza Silva; Vladimir de Oliva Mota. (Org.). Ética e Filosofia Política: interlocuções entre a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Modernidade e a Contemporaneidade. 1ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2020, v. 1, p. 24-44.

3.1.2. Artigo em revista

Publicação do artigo “Hobbes, pandemia e bolsonarismo: um convite à desobediência civil” na revista Investigação Filosófica da Universidade Federal do Amapá em julho de 2020.

3.1.3. Apresentações de trabalhos

Apresentação da comunicação intitulada “As formas de governo em Hobbes” na “III Semana de Filosofia Livre (SEFILL)” no dia 12 de fevereiro de 2020.

Apresentação da comunicação “Hobbes, bolsonarismo e pandemia: um convite à desobediência civil” no “I Webinar Filosofia em Rede: Filosofia em Tempos de Pandemia” no dia 19 de junho de 2020.

3.2. Produção técnica

3.2.1. Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

Participação em live promovida pelo Centro Acadêmico de Filosofia Livre (CAFILL) da UFS com o tema “Hobbes, pandemia e bolsonarismo: um convite à desobediência civil” no dia 01 de maio de 2020.

Participação na mesa redonda “Reações diante de 'Entre o Mito e a Política’ “ no “Lançamento e Ciclo de Debate Online do Livro Entre o Mito e a Política” no dia 18 de maio de 2020.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

3.2.2. Demais tipos de produção técnica

Publicação do relatório de Iniciação Científica “A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade republicana” (premiado no 29º Encontro de Iniciação Científica (UFS) do PIBIC 2018/2019) no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RI/UFS) no ano de 2019.

Revisão da tradução de “Observations concernig the originall of government” tendo o artigo sido submetido na revista “Cadernos Espinosanos” (Revista da USP).

4. Eventos

4.1 Participação em eventos

Participação como moderadora no “Lançamento e Ciclo de Debate Online do Livro Entre o Mito e a Política que ocorreu de 11 a 18 de maio de 2020, oportunidade na qual foi possível mediar a apresentação dos trabalhos dos autores que publicaram no livro *Entre o Mito e a Política*.

Participação como ouvinte no “Lançamento e Ciclo de Debate Online do Livro Entre o Mito e a Política”, que ocorreu no período de 11 a 18 de maio de 2020 e teve o intuito de lançar o livro *Entre o Mito e a Política* de forma que os autores dos textos pudessem apresentar os seus trabalhos e debater entre si e com o público.

Participação como ouvinte no “I Webinar do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - Seminário Virtual: Estado, Direitos Humanos e pandemia” no dia 29 de maio de 2020 com os temas: “Princípio da precaução e medidas de limitação da emergência do covid-19”; “Direitos humanos e poder público perante a pandemia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

do covid-19”; “Mudança climática no período pós-covid-19”; “A mediação de conflitos no contexto de pandemia”; “As contratações públicas e a crise sanitária no Brasil”; e “Quarentena constitucional e os direitos fundamentais nos tempos de pandemia”.

Participação como ouvinte na atividade de extensão “Observatório da democracia - Enquanto a pandemia rola: desregulamentar fere o princípio democrático? ” no dia 12 de junho de 2020.

Participação como ouvinte no “I Webinar Solidário do Centro Acadêmico Silvio Romero (CASR)” no dia 20 de junho de 2020 que teve o objetivo de arrecadar doações para instituições de caridade afetadas com a pandemia e contou com a participação de professores de Direito abordando os temas: “Crise Política: Legado da Operação Lava Jato”; “Impeachment em pauta: Condições Jurídicas e Repercussões Políticas”; “Direitos Humanos em Tempo de Crise Social e Política”; e “O papel dos 3 Poderes nos Tempos Atuais”.

4.2 Organização de eventos

Participação como membro da equipe de organização do “Congresso Nacional online Filosofia Vida e Morte” a ser realizado no período de 31 de agosto de 2020 a 4 de setembro de 2020.